



CB.SAÚDE

PEC do plasma pode ser risco à doação de sangue

Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação da Saúde, Carlos Gadelha alerta que a comercialização de hemoderivados desestimularia a solidariedade. CCJ do Senado aprovou proposta de emenda constitucional

» VITÓRIA TORRES*

A proposta de emenda constitucional (PEC) 10/22, a chamada de PEC do plasma — que permitiria a comercialização de sangue e derivados —, é uma ameaça à solidariedade entre os doadores e à qualidade dos produtos sanguíneos, e representa um retrocesso na política de saúde do Brasil. A crítica é do secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Saúde, Carlos Gadelha, e foi feita na edição de ontem do *CB.Saúde* — uma parceria entre o *Correio Braziliense* e a TV Brasília. Conforme enfatizou, a PEC “é um desserviço pois irá desestimular a doação voluntária”.

“Há o risco de redução (nas doações de sangue) por criar uma desconfiança na população que, até hoje, não conseguiu recuperar a taxa de vacinação que tinha no Brasil. Vamos desestimular a doação voluntária. Precisamos escutar a Organização Mundial da Saúde (OMS) quando ela fala que sangue não deve ser comercializado”, exortou Gadelha, em entrevista concedida às jornalistas Carmen Souza e Rosana Hessel.

A PEC do plasma foi aprovada, na quarta-feira, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, por 15 x 11. De autoria do senador Nelsinho Trad (PSD-MS), segue agora para o Plenário da Casa. Segundo Gadelha, o risco de essa matéria ser aprovada é que pode afetar a qualidade dos hemoderivados e prejudicar o investimento do governo federal na Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) — “uma organização que não desperdiça nenhum produto e garante a qualidade do sangue e de seus derivados”.

“A população brasileira é solidária e cooperativa. Quiseram destruir esse sentimento de solidariedade, mas não conseguiram. Os brasileiros fazem mais de 3 milhões de doações de sangue voluntárias (por ano)”, explicou.

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Há o risco de redução (nas doações de sangue) por criar uma desconfiança na população que, até hoje, não conseguiu recuperar a taxa de vacinação que tinha no Brasil. Vamos desestimular a doação voluntária”

Carlos Gadelha, secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Saúde

Em 2022, o Brasil registrou 3,1 milhões de coletas, segundo dados do Ministério da Saúde.

A PEC do plasma foi duramente criticada pela Fundação Oswaldo Cruz, que, por meio de nota, corrobora a posição contrária do Ministério da Saúde. “A aprovação da PEC pode causar sérios riscos à Rede de Serviços Hemoterápicos do Brasil

e ao Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados. A comercialização de plasma pode trazer impacto negativo nas doações voluntárias de sangue, pois há estudos que sugerem que, quando as doações são remuneradas, as pessoas podem ser menos propensas a doar por motivos altruístas”, salienta.

Investimento

Segundo Gadelha, o governo federal pretende investir R\$ 42 bilhões no Complexo Econômico Industrial da Saúde — que visa fortalecer a soberania nacional no desenvolvimento de medicamentos, impulsionar a pesquisa e garantir a entrega de produtos de qualidade à sociedade. “No campo dos insumos farmacêuticos, ativos que protegem e são responsáveis pelo efeito terapêutico, a dependência (da importação) é de 95%. Só vamos poder ter um Sistema Único de Saúde que seja soberano, autônomo e capaz de garantir a vida quando tivermos tecnologia e capacidade produtiva no Brasil”, explicou.

A prova da necessidade de se investir no desenvolvimento e na pesquisa de medicamentos

está, conforme lembrou o secretário, no desempenho da Fiocruz e do Instituto Butantan durante a pandemia de covid-19. O problema é que ambos dependeram da importação de insumos básicos para que pudessem fabricar imunizantes em quantidade. “As parcerias ensinaram a fazer produtos biotecnológicos. Graças a isso que eles puderam responder rapidamente na produção de vacinas na pandemia”, disse.

Para Gadelha, o investimento no Complexo Econômico Industrial da Saúde fortalece a capacidade do Brasil de produzir internamente o que é necessário para garantir o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

PATRIMÔNIO

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Segundo Grass, obras vinham se arrastando desde 2013

Iphan projeta investir R\$ 700 milhões em 138 obras

» VICTOR CORREIA

O Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (Iphan) aplicará R\$ 700 milhões do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para finalizar 138 obras de restauração já lançadas e, também, abrir um novo edital para a captação de 100 projetos de interesse de estados e municípios. O anúncio foi feito, ontem, pelo presidente da autarquia, Leandro Grass.

A verba será aplicada na restauração de prédios históricos, por exemplo, e a ideia é essas 138 obras — que estavam lançadas desde 2013, no chamado PAC Cidades Históricas — sejam entregues até 2026. Essas reformas jamais foram concluídas por falta de recursos e pelo desmonte do Iphan, especialmente durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Vinte desses projetos estão em contratação ou execução das obras, mas muitos precisarão ser revistos.

“Às vezes, surge uma nova rachadura, um novo problema, e o projeto precisa ser atualizado. Pegamos essa lista de 2013, com os projetos executivos prontos, e decidimos concluí-los. Temos as tabelas, os valores, e vamos contratá-los junto às prefeituras para a devida execução”, explicou Grass.

Esses 138 projetos estão em 17 estados e Minas Gerais lidera a lista, com 54 obras — em seguida, vem Pernambuco, com 12; Maranhão, com 11; e Rio Grande do Sul e Paraíba, com nove cada. Em Ouro Preto (MG), por exemplo, cinco igrejas e quatro capelas serão restauradas.

No caso dos novos projetos de restauração, as unidades da Federação e os municípios podem enviar as propostas ao Iphan a partir da próxima segunda-feira — serão recebidas até 10 de novembro. Serão selecionadas 100 para a realização dos projetos executivos, que incluem as reformas necessárias para a restauração e os valores previstos. Serão destinados R\$ 37 milhões, também do novo PAC, para a primeira fase.

Alvorada

Grass salientou que o Iphan priorizará patrimônios como igrejas, praças e prédios públicos, mas que estejam em estado crítico. As unidades da Federação e os municípios podem apresentar projetos envolvendo estruturas que estão sob a tutela do Iphan.

Ainda segundo o presidente do Iphan, o Palácio da Alvorada — residência oficial do presidente — sediará um laboratório de restauração de bens danificados pelos vândalos bolsonaristas nos ataques de 8 de janeiro às sedes dos Três Podres. O local poderá ser visitado pelo público, que ainda conseguirá acompanhar o trabalho dos restauradores.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Filósofo e ambientalista Ailton Krenak é o novo imortal

Ailton Krenak é o mais novo imortal da Academia Brasileira de Letras — e o primeiro indígena a ocupar uma cadeira na ABL. Autor dos livros *Ideias Para Adiar o Fim do Mundo*, *A Vida Não é Útil* e *Futuro Ancestral*, lançados pela Companhia das Letras, ele é filósofo, escritor e ambientalista engajado em mostrar novos jeitos de viver — que poderiam ajudar a garantir o futuro da humanidade.

Krenak era o favorito em uma eleição que contava com 11 candidatos e teve 23 votos. A historiadora Mary Del Priore, autora de uma significativa obra acessível ao grande público, foi a segunda mais votada, com 12 votos. Daniel Munduruku, pioneiro da literatura indígena escrita e o primeiro autor indígena a publicar um livro para crianças não indígenas (*Histórias de Índio*, Companhia das Letras, 1996), recebeu quatro votos na corrida para ocupar a cadeira 5, na qual estava o historiador José Murilo de Carvalho, que morreu em agosto.

Trajectoria

Membro da Academia Mineira de Letras, ele é professor Honoris

Causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e pela Universidade de Brasília (UnB), venceu o Prêmio Juca Pato, em 2020, como intelectual do ano e é presença frequente em debates e eventos literários. O escritor vive na Reserva Indígena Krenak, em Resplendor (MG).

Ailton Alves Lacerda Krenak nasceu em 1953, em Itabirinha (MG), mas se mudou com a família para o Paraná, aos 17 anos. Lá, alfabetizou-se e iniciou a vida profissional como produtor gráfico e jornalista. Na década de 1980, passou a se dedicar exclusivamente ao movimento indígena e fundou, em 1985, a ONG Núcleo de Cultura Indígena.

Em 1987, ele foi coordenador da campanha dos índios na Constituinte e defendeu a Emenda da População, que versava sobre populações originárias, articulada pela União das Nações Indígenas (UNI). Em um discurso emocionante, no Plenário da Câmara, vestido de branco pintou o rosto de preto diante dos parlamentares em defesa da história, dos costumes e das tradições dos povos nativos.

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Krenak é o primeiro indígena a entrar para a academia. Ocupará a cadeira que foi de José Murilo de Carvalho

Em 1988, participou da fundação da União dos Povos Indígenas e, em 1989, da Aliança dos Povos da Floresta. Uma década depois, em 1999, sua obra *O Eterno Retorno do Encontro* foi publicado no volume *A Outra Margem do Ocidente*,

organizado por Adauto Novaes. Entre 2003 e 2010, foi assessor especial do governo de Minas para assuntos indígenas. Em 2018, foi um dos protagonistas da série *Guerras do Brasil*.

Além dos livros publicados recentemente pela Companhia

das Letras, a *Azougue* dedicou um volume da série *Encontros a Krenak*. Com organização de Sérgio Cohn, o livro reúne entrevistas concedidas por ele entre 1984 e 2013. Os livros de Ailton estão publicados em cerca de 13 países.